

Política econômica social-democrata e a Agenda 2010 na Alemanha, 1998 - 2005.

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão¹

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli²

Resumo:

Este artigo aborda o ambiente político e as políticas econômicas da Alemanha entre 1998 e 2005. Durante o período, marcado pela ascensão da social-democracia após uma hegemonia liberal de 16 anos, liderada pelo Chanceler Helmut Kohl, houve continuidade do desmonte promovido por este, agora sob a liderança de Gerhard Schröder. O desgaste das medidas liberalizantes tomadas por Kohl foi elemento determinante da vitória da social-democracia, mas isso não impediria que o favorecimento do capital em detrimento dos interesses e direitos dos trabalhadores tivesse continuidade durante o governo dos social-democratas. Tais medidas liberalizantes, tomadas sob o nome de Agenda 2010, e seus efeitos sobre a economia da Alemanha, são o objeto destas considerações.

Palavras-Chave: Alemanha; Social-democracia; Helmut Kohl, Gerhard Schröder.

Abstract:

This article presents the political environment and the economic policies of Germany between 1998 and 2005. During this period, marked by the rise of social democracy after a liberal hegemony of 16 years, led by Chancellor Helmut Kohl, the government continued dismantling the Welfare State, now under the leadership of Gerhard Schröder. The wear of liberalizing measures taken by Kohl was a crucial element of the victory of social democracy, but that would not prevent the capital to be favored at the expense of the interests and rights of workers during the government of the Social Democrats. Such liberalizing measures taken under the name of Agenda 2010, and its effects on the economy of Germany, are the object of these considerations.

Key Words: Germany, Social Democracy, Helmut Kohl, Gerhard Schröder.

1 Mestranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Alagoas.

2 Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo, professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sócio Econômico da mesma instituição.

1. INTRODUÇÃO

A absorção da República Democrática da Alemanha pela vizinha República Federal Alemã, no início da década de 90 do século XX, marcou o início de uma nova era para as relações dos países do velho continente, e do mundo como um todo. A queda do Muro de Berlim marcou o fim da Guerra Fria e o início do mundo dominado por apenas uma potência e seu modelo do que seria o “ideal” em termos de estrutura econômica, política e social.

Com o fim do risco “socialista”, os países europeus puderam se reestruturar e avançar em direção a um ideal de “Estados Unidos da Europa”, sonhado no início do século, debatido por anos e posto de lado durante um período de duas guerras sangrentas e uma crise entre elas.

O novo cenário mitigou o receio de uma nova investida da Alemanha em direção ao controle territorial do continente por parte dos antigos rivais, e o país pode ocupar seu lugar como potência maior do jogo político e econômico internacional.

Com a Alemanha e a França à frente da União Europeia, o final do século XX presenciaria a unificação monetária de onze países europeus que haviam esquecido suas disputas fronteiriças de centenas de anos para poder fazer frente à concorrência asiática e americana, e, assim, quem sabe, voltar a desempenhar um papel hegemônico no comércio internacional.

A Alemanha, no entanto, passou a última década do século em processo de reestruturação e consolidação interna. Nesse período, uma figura continuaria como destaque à frente desse processo, Helmut Kohl. O autoproclamado artífice da unificação alemã ficaria no poder por mais oito anos após a queda do muro – havia assumido a função em 1982 – e seria o responsável pelas mudanças que levariam à volta da Social-democracia à chancelaria, pelas mãos de Gerhard Fritz Kurt Schröder.

O presente artigo apresenta algumas considerações a respeito de como o país se estruturou pós unificação e de que maneira foi conduzida a política alemã na década de 1990, com ênfase no período 1998-2005. Este marcou a volta da Social-democracia ao poder depois de 16 anos da chamada Era Kohl.

Para tanto, o texto está organizado da seguinte forma: uma primeira parte contém um breve resumo de como a estrutura política do país se consolidou após a absorção da República Democrática da Alemanha (RDA). A segunda parte descreve os últimos anos da era Kohl como chanceler da Alemanha, em especial, o seu último mandato e principais políticas adotadas entre 1994 e 1997. Na terceira seção, explicitamos como se deram os acontecimentos que culminariam na volta da Social-democracia à chancelaria. Em seguida, examinamos a Agenda 2010, lançada em

2003. Recebida pela população com desconfiança e, até certo ponto, com revolta, a mesma foi aplaudida pela mídia e pela classe política como importante instrumento de modernização e adequação das relações produtivas alemãs com o modelo que dominava o restante do mundo capitalista à época. Por fim, algumas considerações sobre o que foi exposto, encerram o artigo.

2. A REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ APÓS A UNIFICAÇÃO

A Alemanha ou *Deutschland*, denominada oficialmente como República Federal da Alemanha ou *Bundesrepublik Deutschland*, é uma Federação cujo território está organizado em 16 *Länder*, ou *Estados*, com 357 021 quilômetros quadrados e uma população de mais de 81 milhões de indivíduos, segundo dados de 2010.

O país passou por várias transformações em sua configuração territorial, mas, a partir de 1991, o sistema político, a moeda e a sociedade civil passaram a ser os mesmos em todo o território nacional. Após tal reconfiguração, os cidadãos, segundo o princípio da subsidiariedade³, passaram a lidar quase que exclusivamente com as repartições estaduais e com as administrações municipais, que atuam em nome dos Estados⁴, configurando uma organização aparentemente mais descentralizada se comparada ao modelo anterior adorado, principalmente nos Estados da antiga RDA.

A estrutura política que se consolidou nos 16 Estados federados, após a anexação dos cinco Estados que compunham a República Democrática Alemã, é composta de três instâncias de poder organizadas como se segue.

O regime político atual da RFA é a Democracia Parlamentar, com a política de governo sendo ditada pelo seu chefe de governo e seus ministros. O chefe de governo não é o chefe da nação, ou seja, o segundo cargo é exercido pelo presidente (*Bundespräsident*) enquanto o primeiro fica a cargo do primeiro-ministro (*Kanzler*, ou Chanceler).

O Poder Judiciário alemão possui como órgão supremo o Tribunal Constitucional Federal da Alemanha, análogo ao Supremo Tribunal Federal Brasileiro. Composto em sua mais alta hierarquia por juízes federais – independentes e subordinados somente à lei – eleitos em partes iguais pelo Parlamento Federal e pelo Conselho Federal e que não podem pertencer a nenhuma das duas

³ Princípio segundo o qual a intervenção do Direito Penal só se justifica quando fracassam as demais formas protetoras do bem jurídico previstas em outros ramos do Direito. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/293113/principio-da-subsidiariedade>, acessado em 04-01-2016.

⁴ Disponível em <http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/a-federacao.html>, acessado em 19-11-2015.

instituições no âmbito federal ou em seus estados de origem⁵.

Em termos de Poder Legislativo, o Parlamento Alemão (*Bundestag*), é composto por 598 deputados que se organizam em bancadas, onde escolhem seu presidente. O Parlamento Federal tem a tarefa de eleger o chanceler federal. Da mesma maneira que têm o poder de eleger, os parlamentares também têm o poder de destituir qualquer chanceler eleito. Diferentemente de outras Democracias Parlamentares em que o chanceler é nomeado pelo Chefe de Estado, na Alemanha este cargo é passível de eleição. O *Bundestag* está localizado no *Reichstag* em Berlim e tem como principais tarefas, além de eleger o chanceler, legislar e controlar o governo⁶.

Já o Poder Executivo, como citado anteriormente, segue o parlamentarismo onde o Presidente Federal é o representante do país como Chefe de Estado e tem como função representar a Alemanha internacionalmente, além de nomear membros do governo, juízes e os funcionários públicos. É também sua função sancionar leis e, se for o caso, exonerar o governo, além de, em casos excepcionais, como foi o caso no verão de 2005, dissolver antecipadamente o parlamento⁷. O mandato do Presidente dura cinco anos, podendo ser reeleito pela Assembleia Nacional para mais uma oportunidade.

O chanceler eleito pelo *Bundestag* tem o direito de escolher os ministros e os chefes dos órgãos públicos importantes. É-lhe atribuído o poder de decidir o número de ministros e suas respectivas pastas, além de determinar as diretrizes da política de governo.

Os Partidos Políticos têm, de acordo com a Lei Fundamental, características de formação ligada à vontade política do povo.⁸ Assim, espera-se que todos os partidos políticos se declarem a favor da democracia. Tal declaração é considerada importante para eliminar temores relativos ao totalitarismo da população, já que a antiga República Democrática Alemã havia sido propagandeada ao mundo, como sendo uma ditadura do SED (Partido Socialista Unificado).

O sistema partidário no Parlamento alemão está organizado da seguinte maneira: antes da reunificação, predominava um sistema de três partidos (CDU-CSU, SPD e FDP), porém, com a dissolução da RDA e a consolidação do Partido dos Verdes, principalmente na década de 1980, passou a se observar um sistema de cinco partidos:

- 1- CDU/CSU – Partido União Democrata Cristã (CDU – *Christlich Demokratische Union*) e, sua ramificação na Baviera, União Social Cristão (CSU – *Christlich-Soziale*

⁵ De acordo com a Lei Fundamental, artigo 94, p. 89.

⁶ Disponível em <http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/o-parlamento-federal.html>, acessado em 19-11-2015.

⁷ Disponível em <http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/o-presidente-federal.html>, acessado em 19-11-2015.

⁸ Disponível em <http://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt/o-sistema-politico/main-content-04/os-partidos-politicos.html>, acessado em 19-11-2015.

Union)⁹.

2- SPD – Partido Social Democrata da Alemanha¹⁰ (*Socialdemokratische Partei Deutschland*);

3- FDP – Partido Liberal Democrata¹¹ (*Freie Demokratische Partei*);

4 – Partido Verde¹² (*Bündnis 90/ Die Grünen*); e,

5 – O partido conhecido como A Esquerda¹³ (*Die Linke*).

Os dois partidos mais populares são o CDU/CSU e o SPD. Há ainda alguns partidos menores que, em 2006, por exemplo, receberam cerca de 0,1% do total de votos.

3. OS ÚLTIMOS ANOS DA ERA KOHL (1994-1998)

Em 1994, passados os primeiros anos da unificação, Kohl conseguiu sua mais apertada vitória para o Parlamento alemão pós-unificação. Nesta, que seria sua última oportunidade de ocupar o cargo de chanceler. Assim, apesar das resistências, venceu o pleito por uma diferença de dois votos em relação ao seu oponente, o candidato do SPD, Rudolf Scharping.

Uma possível justificativa para esse resultado tão apertado pode ser atribuído à sua campanha ferrenha em prol da unificação e das promessas feitas à época da mesma. Assim, esperava-se que após três anos de unificação, os indicadores econômicos dos novos Estados apresentassem os mesmos patamares dos antigos Estados, o que não aconteceu.

A população que saiu às ruas para reivindicar reformas em 1989, não estava mais tão esperançosa de que as promessas de Kohl fossem de fato se concretizar. Essa descrença ficou evidenciada quando, em 1993, um levantamento mostrou que 85% dos habitantes da antiga República Democrática Alemã, e 71% daqueles que viviam no território da República Federal da Alemanha, ainda tinham interesses conflitantes¹⁴. Essas pesquisas faziam suscitar dúvidas se a derrubada do muro físico havia sido suficiente para eliminar seu significado nas mentes da população dos dois lados. Como resultado, essas divergências fortaleciam, mais uma vez, o nacionalismo e o ressentimento em todos os Estados.

9 Em sua maioria, o CDU/CSU é composto por profissionais liberais, comerciantes e empresários.

10 Este partido é aquele que mais se aproxima dos sindicatos em termos de políticas partidárias.

11 Composto principalmente de membros com maior poder econômico.

12 Fazem parte dos partidos europeus voltados para assuntos de teor ecológicos e é composto por membros de alto nível intelectual e de alta renda.

13 É a força política mais recente e este partido é mais solidificado e tem seu apoio principal nos cinco estados que compunham a antiga RDA.

14 KITCHEN, M. A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje, Cultrix, São Paulo, 2013. p. 558

O novo governo Kohl deu início ao dismantelamento do Estado de Bem-Estar Social que fora um dos diferenciais da economia alemã ao longo do seu governo pretérito. Desse modo, o chanceler iniciou um processo que ficaria conhecido como a “demolição social”¹⁵.

Uma de suas principais marcas era o respaldo dado pelo governo quanto à participação dos sindicatos no âmbito decisório das empresas. Estes davam maior estabilidade ao mercado de trabalho alemão, diferentemente do que ocorria em outros países como EUA e Inglaterra. Assim, no processo de demolição social, entre outras medidas, Kohl diminuiu os prazos do aviso prévio aos funcionários de empresas pequenas. Outro ponto sensível foi o aumento da idade para as aposentadorias, bem como a redução dos auxílios para desempregados e pensionistas.

Tais mudanças causaram insatisfação dos trabalhadores, houve mobilizações em todo o país, e a oposição ao governo no *Bundestag* trabalhou para bloquear a reforma tributária proposta por Kohl.

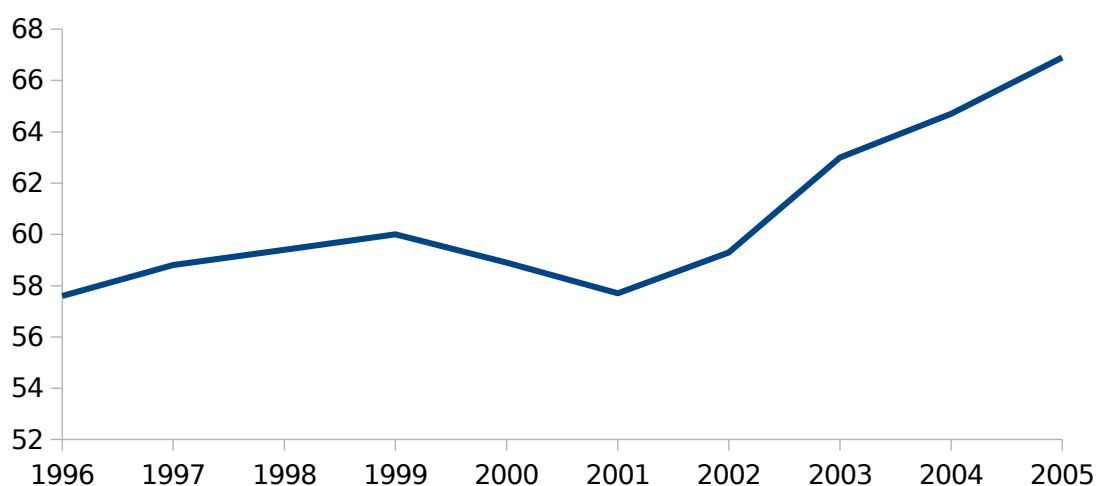


Gráfico 1: Endividamento do Governo em porcentagem do PIB.

Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras com informações da base de dados

<http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 15-12-2015.

No gráfico 1, observa-se a série histórica relativa ao endividamento do governo entre 1996 e 2005. Esses dados demonstram que o governo alemão tinha uma dívida crescente e que nos dois últimos anos de Kohl no cargo máximo do Parlamento Alemão, 1997 e 1998, a dívida cresceu pouco mais de dois pontos percentuais. Tais dados evidenciam que as reformas propostas por ele, portanto, não tiveram êxito em mudar a trajetória crescente dessa variável.

Na tabela 1, verifica-se que, entre os anos de 1991 e 1998, o total de desempregados na Alemanha teve um aumento de 3,9%. É importante salientar que o percentual de desemprego entre jovens de até 25 anos seguiu, em sua maioria, em níveis mais altos que os da população total.

¹⁵ Idem, p. 562.

Tabela 1: Total de desempregados, até os 25 anos e entre 25 e 74 anos, 1991-1997, em porcentagem da população economicamente ativa.

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Total	5,5	6,6	7,8	8,4	8,2	8,9	9,6
Até 25 anos	5,8	6,5	8,0	8,9	8,9	10,0	10,6
Entre 25 e 74 anos	5,5	6,6	7,7	8,4	8,1	8,8	9,5

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da Base de dados <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 11-01-2016.

Na tabela 2, é possível observar as perdas salariais que os trabalhadores auferiram em toda a década de 1990 e inícios dos anos 2000. Se observado a variação entre 1991 e 2001, a perda fica em torno de -163,14%. Demonstrando assim, que a Demolição social iniciado por Kohl, e seguida por Schröder, foi sentida de forma brutal pelos trabalhadores assalariados.

O ataque às remunerações, como se pode observar na Tabela 2, resultou em um empobrecimento dos trabalhadores alemães, ainda mais insatisfeitos pela entrada da mão de obra estrangeira no país. Tal concorrência se dava não só no âmbito da remuneração mas também nas condições de trabalho mais precárias que eram aceitas por tais entrantes no mercado de trabalho. Adicionalmente, durante a década final do século XX, a queda nos salários reais chegou a 163%. As consequências de longo prazo foram o recrudescimento do nacionalismo, xenofobia e racismo.

Tabela 2: Taxa de variação anual do salários reais, 1991-2002.

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Variação 1991-2001
%	1,13	(0,45)	(2,69)	(0,46)	(0,46)	(2,33)	(0,48)	(0,72)	(0,95)	(0,94)	(0,71)	(163,14)

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da Base de dados <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 11-01-2016. (*) valores entre parêntesis representam variações negativas.

Outro ponto polêmico do último governo Kohl relacionava-se às forças armadas. Segundo a Lei Fundamental, em seus artigos 87a e 87b, a utilização das forças armadas teria por finalidade única, a defesa da federação, e dos Estados, em caso da impossibilidade dessa defesa ser efetuada pelas polícias locais. Adicionalmente, estava definido que o investimento nessa área dependeria do plano orçamentário. No entanto, aumentaram os aportes do governo destinados aos gastos com uso das forças militares em operações externas. Tal estava em contraposição ao descrito na lei fundamental, mas se justificava como parte da campanha por um assento permanente no conselho de segurança da ONU.

As medidas fizeram com que o SPD, em oposição ao governo da coligação CDU-CSU-FDP, de Kohl, se manifestasse contra as ações arquitetadas pelo governo e o assunto teve que ser avaliado pela Suprema Corte de Justiça:

Tais ações militares, fora da área da OTAN, geraram enormes controvérsias, com o SPD a acusar o governo de Kohl de violar a Constituição. Entretanto, em 12 de julho de 1994, o *Bundesverfassungsgericht*, a Suprema Corte de Justiça, decidiu que a participação em missões multilaterais de paz não fora incompatível com os dispositivos da Lei Fundamental.¹⁶

Essa brecha aberta com a decisão da Suprema Corte permitiu que a política externa alemã contasse com mais um elemento, as Forças Armadas. Assim, a partir desse momento, estas passaram a ser utilizadas como instrumento ativo, fazendo com que o país retomasse a sua vocação militar, abandonando os anos de utilização das Forças Armadas como instrumento de defesa do seu território. Essa mudança exigiria investimentos não só na manutenção, mas também no aparelhamento das forças armadas. Os custos aumentariam na medida em que a ação externa das mesmas fosse acionada o que pode ajudar a explicar a tendência de crescimento do déficit das contas públicas, observado no gráfico 1.

Embora o discurso fosse de utilização das *Bundeswehr* como instrumento de defesa dos direitos humanos, a atuação destas poderia ir além do intuito inicial e suscitaram temores principalmente nos países do Terceiro Mundo. Segundo Bandeira:

(...) o propósito aparentemente foi apresentar a Alemanha reunificada como potência mundialmente responsável, com a imagem contraposta àquela que o Terceiro Reich projetara. Essa doutrina, limitando a soberania nacional e admitindo a intervenção militar em outros Estados, a pretexto de defender direitos humanos ou prestar ajuda militar de intervenção, foi defendida também por líderes de outras potências ocidentais, e gerou enormes suspeitas e apreensões, nos países do Terceiro Mundo, sobretudo na América Latina, dado que a soberania nacional, conforme Rui Barbosa, em 1907, sustentara durante a Conferência de Haia “*est la base de tout le système de as defense juridique dans la sphère du droit des gens*”, e sua violação, a pretexto de defender os direitos humanos e prestar ajuda humanitária, poderia justificar intervenção militar em Estados mais fracos, encobrindo desígnios imperialistas das grandes potências.¹⁷

Em síntese, o uso indiscriminado das *Bundeswehr*, os cortes no tocante ao Estado de Bem-Estar Social, somados ao desempenho insuficiente das variáveis econômicas frente às expectativas criadas quando da campanha pró-absorção da RDA, foram determinantes para a derrota da CDU-CSU nas eleições de 1998.

16 BANDEIRA, L. A. M. A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999. In: Alemanha Visões Brasileira, p. 184

17 Ibidem, p. 184-5.

4. A Social-democracia

O partido SPD, defensor da Social-democracia na Alemanha, principalmente na primeira metade da década de 1990, perdeu apoio popular em função da posição que o partido adotara em relação à reunificação alemã, bem como sobre a ampliação da atuação das Forças Armadas fora das fronteiras.¹⁸ Este último ponto, em especial, fez com que o partido obtivesse um baixo número de assentos no Parlamento Federal nas eleições do início, e do meio da década, como se pode verificar na Tabela 3.

Tabela 3: Composição do Parlamento alemão por partido, nas eleições de 1990, 1994 e 1998.

Data das Eleições	02-12-1990	16-10-1994	27-09-1998	Taxa de Variação (%)
CDU/CSU (%)	43,80 %	41,50%	35,10%	-19,86%
SPD (%)	33,50%	36,40%	40,90%	22,09%
FDP (%)	11,00%	6,90%	6,20%	-43,64%
Os Verdes (%)	3,80%	7,30%	6,70%	76,32%
PDS/A Esquerda (%)	2,40%	4,40%	5,10%	112,50%

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações das páginas 428 do livro DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J. História alemã do século VI aos nossos dias. Lisboa: Edições 70, 2014.

No entanto, nas eleições de 1998, a situação se alterou. O candidato à Chancelaria pelo partido SPD foi Gerhard Schröder, concorrendo como oposição à coligação CDU-CSU, do então Chanceler Kohl. No entanto, um dos responsáveis pela política externa da Social-democracia, Gunter Verheugen, declarou que, caso o partido fosse vitorioso, não modificaria em grande proporção as linhas de política organizadas por Helmut Kohl nos 16 anos em que foi Chanceler¹⁹. As mudanças seriam voltadas para solucionar os problemas de estagnação econômica que a Alemanha passava no período final da Era Kohl. Deste modo, segundo a oposição, o modelo econômico adotado não mais satisfazia a concorrência internacional e exigia redirecionamento. Tal posicionamento deve ter acalmado as dúvidas da comunidade internacional e, em especial, dos parceiros da União Europeia.

Adicionalmente, para reforçar tal entendimento e apoio, nos discursos para as eleições de 1998, o SPD se posicionou favoravelmente ao alargamento das relações econômicas com os países

¹⁸ O SPD, em especial, Oskar Lafontaine, principal representante do partido, assumiu uma postura dura diante da possibilidade de unificação da Alemanha no início da década, o partido solicitava uma anexação mais gradual e lenta, em contraposição ao que pretendia o Chanceler Kohl, além de criticar publicamente e enfaticamente o uso das Forças Armadas não somente para fins de defesa. Estes fatos, além de, ao longo dos anos, o partido ter perdido sua legitimidade internacional junto aos demais partidos sociais democratas, influenciou nos índices de votos menores para o SPD em comparação com o CDU-CSU.

¹⁹ Bandeira, 2000, p. 191.

do leste, bem como a instauração da moeda europeia (EURO) respeitando o cronograma previamente determinado. O fato de se posicionar favoravelmente aos acordos previamente assinados pelos países membros da União Europeia, proporcionou o apoio externo necessário à vitória nas eleições.

Confirmando as expectativas, Kohl e sua coligação CDU-CSU-FDP perderam as eleições para o Parlamento Federal de 1998, com o SPD de Schröder conseguindo a maioria no *Bundestag* por 5,8 pontos percentuais. A Social-democracia retomava a maioria no Parlamento em sua coligação com os Verdes, que conseguiram auferir 6,7% dos votos totais. Destaca-se o crescimento obtido pelo partido A Esquerda/PSD, remanescente do Partido Socialista Unificado da Alemanha, o SED da RDA, que mais do que dobrou a quantidade de cadeiras no Parlamento em relação à eleição de 1990. O diferencial dessa eleição foi, sobretudo, os votos dos cinco novos Estados que, insatisfeitos com a elevada taxa de desemprego, deram ao SPD um voto de crédito.²⁰

Diferentemente do que ocorreu em 1994, quando a população dos cinco novos Estados elegeu Kohl, representando a CDU-CSU-FDP, em 1998, a oposição foi favorecida, tanto em relação ao SPD como ao Partido a Esquerda, que teve nas eleições de 1998 a primeira oportunidade de emergir ao Bundestag.

Ainda sobre a Tabela 3, observa-se que durante a década de 1990, houve perda de força, não só do CDU-CSU, mas também do FDP que, ao defender Kohl nas eleições anteriores, acabou perdendo força em 1998. Além do crescimento de 112,5% nos assentos obtidos pelo partido A Esquerda, os Verdes também cresceram cerca de 76% no período.

Schröder seria responsável pela transferência de capital de Bonn para Berlim, fato que para alguns facilitaria a integração europeia, uma vez que Berlim é o centro geográfico da União Europeia.

A coalizão SPD-Verdes, que fez sucesso no período que antecedeu a eleição para a chancelaria, posteriormente não estaria mais em conformidade com seus aliados. As divergências não se davam apenas no que diz respeito às questões de cunho ambiental, com destaque para o uso indiscriminado de energia nuclear. A discórdia reinava no âmbito fiscal com as propostas do governo de aumento de impostos, como os incidentes no consumo de combustíveis e energia elétrica. Tais aumentos podiam até se justificar como medidas de preservação do meio ambiente, mas tornariam o custo de vida ainda mais oneroso para a população. Assim, foi estabelecido um acordo entre Sociais Democratas e Verdes. Segundo Kitchen:

²⁰ Idem, p. 194.

O governo de coalizão, com Joschka Fischer como ministro das Relações Exteriores, o tradicional gabinete do parceiro menos importante, e outro Verde, Jürgen Trittin, como ministro do meio ambiente, concordou com um plano moderado intitulado “Aliança para o Trabalho e Treinamento”. O plano prescrevia a cooperação entre o governo, os sindicatos trabalhistas e os funcionários, uma grande reforma tributária, uma “taxa de ecologia” e a ênfase na educação e na pesquisa, bem como um plano transparente para interromper o uso de energia nuclear. Os Verdes também concordaram que as forças armadas poderiam ser usadas para dar apoio a medidas do Conselho de Segurança da ONU, desde que essas medidas estivessem em conformidade com a Lei Fundamental.²¹

Em relação à política externa, em algumas ocasiões durante a década de 1990, a Alemanha foi solicitada a participar de intervenções militares em outros países como, por exemplo, ainda em 1998, quando a OTAN decidiu intervir na guerra entre a Sérvia e Kosovo. Dessa vez, ao contrário do ocorrido em 1991 – em que se absteve de enviar forças militares em apoio aos EUA na primeira Guerra do Kuwait – o país enviou um contingente militar de apoio às Forças da ONU.

Na época, mais de 50% da população se declarou favorável ao envio das Forças Armadas alemãs, abandonando de vez os princípios exclusivos de autodefesa e de missões de paz que estavam estipulados nos documentos que haviam permitido a reunificação. Embora houvesse grande apoio da imprensa e da população, alguns companheiros de partido, bem como parte da oposição, criticaram duramente a posição de Schröder. Além disso, a Alemanha foi para a guerra sem a sanção da ONU, já que na votação ocorrida no Conselho de Segurança, a operação havia sido vetada pela Rússia.²²

Ainda em 1999, alguns fatores adicionais modificaram a retomada na popularidade do SPD junto ao seu eleitorado. Tanto o SPD quanto o CDU enfrentavam problemas internos. O SPD passava por divergências de opiniões entre a sua coligação com os Verdes. Enquanto isso, no CDU, problemas provenientes de recebimentos indevidos e não declarados de contribuições para as campanhas de Kohl, fizeram com que este tivesse que pagar multa e fosse afastado da atuação política pela secretária do partido à época, Angela Merkel.

Em 2001, o ataque ao World Trade Center colocou à prova, novamente, a participação ou não da Alemanha em conflitos alheios ao seu território. Pressionado pelo presidente estadunidense George W. Bush, Schröder prometeu apoio incondicional e enviou contingentes e apoio material aos ataques ao Afeganistão. O chanceler declarou em 12 de setembro de 2001:

Nós precisamos agir para tomar medidas eficazes para eliminar os criadouros do terrorismo. Aqueles que ajudam ou abrigam terroristas violam todos os valores em que se baseiam a coexistência internacional. Ontem a noite, eu falei com o

²¹ Kitchen, 2013, p 563.

²² Kitchen, 2013, p 565.

Presidente e o Primeiro-Ministro da França, Chirac e Jospin, com o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha, Blair, e com o Presidente da Rússia, Putin. Nós estamos de acordo com a avaliação de que esses ataques constituem uma declaração de guerra contra o mundo livre.²³

Criaram-se então movimentos contra o envio de recursos para o conflito, dentro e fora da coligação. Ao ser anunciada pelos EUA que a guerra contra os terroristas ganharia um novo capítulo, agora contra o Iraque, o aumento das pressões internas e a proximidade das eleições Schröder a se posicionar contra a participação alemã no conflito a menos que houvesse provas contundentes contra Saddam Hussein.

Em discursos, Schröder assumiu a posição de não “brincar com a guerra” e evidenciou que “não estamos disponíveis para aventura”. Tais declarações irritaram Bush e o CDU-CSU acusou Schröder de ser anti-americanista e de estar “instrumentalizando” a questão do Iraque. No entanto, tais acusações encontraram pouca receptividade junto à população.²⁴

As eleições de 2002 tinham como candidatos principais o então chanceler, candidato a mais um mandato – Gerhard Schröder – e o candidato do CDU-CSU, Edmund Stoiber. A disputa foi apertada, mas Schröder conseguiu se reeleger para o seu segundo e último mandato, marcado como o mais turbulento.

5. A Agenda 2010

Em virtude do desempenho econômico da década anterior, que pode ser observado na tabela 4, no ano de 2003, o governo Schröder intensificou as reformas no sentido de diminuir o já combalido *welfare state*, sob desmonte desde o governo Kohl. Destaca-se que havia sido o discurso de ataque a tais medidas que havia facilitado a volta ao poder dos sociais democratas.

Tabela 4: Taxa anual de variação do PIB na Alemanha, 1991-2001.

Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alemanha	8,93%	7,61%	5,32%	6,56%	-0,46%	-0,73%	2,35%	3,01%	2,50%	2,99%	1,35%

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da Base de dados <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 11-01-2016.

A dívida do governo federal continuavam sua trajetória ascendente, como se observa no Gráfico 1, e contrariava os critérios permitidos pelo PEC (Pacto de Estabilidade e Crescimento) da

23 Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=4442, acessado em 16-12-2015.
(Tradução das autoras)

24 Kitchen, 2013, p. 570.

União Europeia. Adicionalmente, o país vinha enfrentando dificuldades com a concorrência no mercado internacional, principalmente em virtude da entrada nos mercados, de países com menores custos de produção como a China e a Índia.

O novo ataque ao *welfare state* recebeu a denominação de Agenda 2010 e foi lançado em 2003. Esta Agenda estava alicerçada em três objetivos principais:

- 1) Crescimento econômico e do orçamento público;
- 2) Reforma dos direitos trabalhistas e dos programas de proteção social; e
- 3) Aumento da competitividade externa.

Em discurso feito no Bundestag, no lançamento da Agenda 2010, Schröder declarou:

Este programa é o complemento necessário às nossas reformas estruturais sobre o lado da oferta, (...). As duas abordagens são interdependentes. Sem reformas estruturais, qualquer aumento na demanda irá fracassar. E sem impulsionar a economia do lado da oferta, a reforma vai dar em nada.²⁵

A intenção da *Zehn Jahre* era de flexibilizar o mercado de trabalho, do lado do empregador principalmente. A regulamentação dos trabalhadores assalariados seria feita a partir daquele momento mediante acordos entre patrões e empregados, isentando o governo da fiscalização de cumprimento das regras até então postas.

As Reformas no mercado de trabalho ficaram conhecidas também como reformas Hartz, pois foram propostas por uma comissão liderada por Peter Hartz. As principais se resumiram em:

- (1) Expansão do emprego temporário e/ou de curto prazo;
- (2) Flexibilização do aviso prévio, principalmente no que tange as pequenas empresas;
- (3) Facilitação burocrática e estímulo a criação de novas empresas.

Assim, para satisfazer o primeiro alicerce da Agenda 2010, afirmava-se que era necessário reduzir os gastos do governo, principalmente com os auxílios dados aos desempregados, gastos com seguro de saúde e aposentadorias. Adicionalmente, reformas que reduzissem custos trabalhistas auxiliariam no aumento da competitividade externa, ponto 3 da Agenda. Dessa forma, as mudanças relacionadas a seguir, foram postas em prática.

Em relação ao auxílio desemprego, o período de indenização passou de 32 para 12 meses, sendo que, para aqueles com idade acima dos 55 anos, o período de recebimento do subsídio seria de 18 meses. Após esse período, os desempregados que recebiam até 67% do seu antigo salário, passaram a receber um auxílio fixo de 345 euros por mês.

²⁵ Disponível em http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/docpage.cfm?docpage_id=4974, acessado em 15-12-2015. (tradução das autoras)

Como na Alemanha, nesse período, os salários eram estabelecidos em acordos entre os sindicatos e as empresas do setor contratante, e, por ser a mão de obra alemã a terceira mais cara da União Europeia, o valor do auxílio fixo para os desempregados se encontrava aquém daquele recebido pelo trabalhador quando empregado em sua atividade remunerada. Adicionalmente, caso o desempregado recusasse uma oferta de emprego, mesmo que o salário oferecido não estivesse no mesmo patamar que o emprego anterior, correria o risco de ter o auxílio suspenso.

Quanto ao auxílio saúde, foi criado um “ticket moderador” para consultas médicas, no valor de 10 euros por trimestre, com 10 euros suplementares em caso de consultas a especialistas. Para compra de medicamentos, um desconto de até 10% do preço, sendo no mínimo 5 e no máximo 10 euros. Tratamentos odontológicos e custos com óculos não seriam mais reembolsados e esses benefícios só seriam transferidos a assalariados, e não àqueles que recebiam outros benefícios²⁶.

A idade mínima para aposentadoria passou, a partir de 2006, de 60 anos para 63 anos, a contribuição foi elevada e as pensões permaneceram congeladas no ano seguinte.

Para viabilizar as reformas, era necessário atender de forma mais profunda a antiga reivindicação dos empresários que desejavam uma menor participação dos sindicatos nas decisões das empresas, especialmente em relação aos direitos dos trabalhadores. O argumento de defesa dessa solicitação era o aumento do dinamismo das decisões, e um possível aumento de competitividade em mercados concorrenciais externos.²⁷ Como se pode observar pela Tabela 2, as medidas favoreceram a continuação da queda dos salários reais no país.

Como justificativas adicionais, a abertura dos mercados do antigo bloco socialista ao capitalismo, e a sua posterior adesão à União Europeia²⁸, tornavam necessário aumentar a atratividade desses países à exploração por parte de empresas privadas. Estas, caso interessadas, poderiam ajudar a melhorar o desempenho da economia alemã. Assim, era essencial alterar os direitos e garantias dadas aos trabalhadores e, para isso, devia-se começar a reforma no próprio território alemão.

No momento do anúncio da Agenda 2010 ficou claro que o governo tinha em mente "*Wir werden Leistungen des Staates kürzen, Eigenverantwortung fördern und mehr Eigenleistung von jedem Einzelnen abfordern.*"²⁹ Essa política foi recebida, principalmente na Europa, como modelo

26 Disponível em <http://diplo.org.br/2004-02,a864>, acessado em 14-12-2015.

27 GUIMARÃES, A., Q. O Capitalismo Coordenado Alemão: do Boom do pós Guerra à Agenda 2010. Lua Nova, São Paulo, 66: 23-56, 2006.

28 No ano de 2004, 8 países do Leste Europeu aderiram à União Europeia, foram eles: Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Estônia, Eslovênia, Eslováquia, e em 2007, mais dois países: Bulgária, Romênia.

29 Disponível em https://www.tagesschau.de/inland/agendazwanzigzehn-hintergrund_100.html, acessado em 05-01-2016. “Vamos cortar benefícios estatais, promover a responsabilidade pessoal e solicitar uma maior contribuição de

para os demais países. Foi tida como a receita a ser seguida por todos os países que desejassem adequar a sua economia às novas exigências do mundo econômico globalizado.

No âmbito do crescimento econômico, a Agenda propunha uma reforma fiscal que compreendia duas áreas principais:

- (1) O consumo com combustíveis fósseis seria pesadamente tributado; e
- (2) O imposto de renda teria suas faixas de tributação alteradas, como exemplo, a faixa que era tributada em 25%, teria redução nas alíquotas para 9%-15%.

Como justificativas, usou-se o pretense discurso de diminuir o deslocamento de empresas e postos de trabalhos para fora da fronteira alemã, onde era possível auferir custos menores em matérias-primas. Com intenção de manter a tradição alemã de médias empresas, a tributação sobre estas também seria diminuída e em 2004 seria realizada uma reforma nas finanças municipais.

Em termos de reformas sociopolíticas, Schöeder introduziu uma flexibilidade na lei de imigração, que entraria em vigor em 2004, esta lei facilitava a naturalização dos estrangeiros, aumentando ainda mais a concorrência no mercado de trabalho do país.

Na área de proteção familiar, previa-se expansão nacional no número de creches, especialmente para crianças menores de três anos, e escolas de tempo integral, além de uma licença parental e a inclusão de trabalho de tempo parcial.

Também estava previsto na Agenda 2010, um enfoque na questão cultural. Foi convocado um comissário para assuntos culturais e mídia para ocupar o posto de Ministro de Estado, e esperava-se que aumentasse os gastos federais com cultura, fomentando assim, principalmente, os filmes alemães³⁰.

Nos anos seguintes, os resultados da Agenda 2010 não atenderam as expectativas. Como mencionado anteriormente, a queda nos salários reais pode ser examinada na Tabela 2. Mesmo assim a taxa de desemprego não sofreu queda, pelo contrário, continuou alta e crescente, como se pode observar na Tabela 5.

Tabela 5: Taxa de desemprego da Alemanha de 1998 a 2005, em porcentagem da população economicamente ativa.

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Estados da antiga RFA	10,5	9,9	8,7	8,3	8,7	9,3	9,4	11,0
Estados da Antiga RDA	19,0	19,5	18,8	18,9	19,5	20,1	20,1	20,6
Alemanha (total)	12,3	11,7	10,7	10,3	10,8	11,6	11,7	13,0

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nas informações das páginas 437 do livro DIRLMEIER, U., GESTRICH, A., HERRMANN, U., HINRICHS, E., JARAUSCH, K. J., KLEßMANN, C., REULECKE, J.

cada indivíduo.” (Tradução das autoras)

30 Disponível em <http://gerhard-schoeder.de/startseite/reformen/>, acessado em 05-01-2016.

História alemã do século VI aos nossos dias. Lisboa: Edições 70, 2014.

Uma análise das disparidades entre os estados da Alemanha unificada, na tabela 5, permite observar que ao longo de toda a série histórica, o desemprego nos Estados da antiga RDA foi de quase o dobro em relação aos estados da antiga RFA. Quando analisada a Alemanha em sua totalidade, verifica-se que o desemprego no país apresentava-se como o dobro se comparado a outras potências industriais como Estados Unidos da América e Reino Unido no mesmo período.

Tabela 6: Total de desempregados no Reino Unido e nos Estados Unidos, 1998-2005

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Reino Unido	6,1	5,9	5,4	5,0	5,1	5,0	4,7	4,8
EUA	4,5	4,2	4,0	4,7	5,8	6,0	5,5	5,1

Fonte: Elaborado pelas autoras com base nos dados disponíveis em <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 05-01-2016.

A trajetória das despesas do governo, variável que pressionava o orçamento público desde a era Kohl, pode ser observada no gráfico 2 :

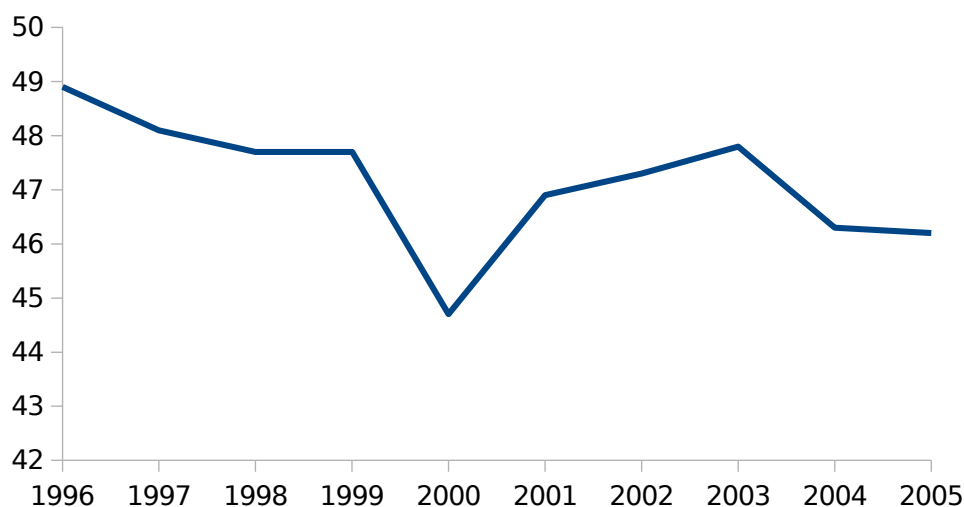


Gráfico 2: Despesa pública total da Alemanha de 1996 a 2005, em porcentagem do PIB.

Fonte: Elaborado pelas autoras com informações da base de dados <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 15-12-2015.

Os cortes nos programas sociais também não produziram os resultados prometidos. No gráfico 2, fica evidenciado que, com os cortes já iniciados no governo da coligação CDU-CSU-FDP, e alavancados no governo da SPD, os gastos do governo se reduziram em apenas 2 a 3 pontos percentuais entre os anos 1996 e 2005. Esses cortes levaram a Alemanha a um caminho mais à direita nas políticas neoliberais. As reformas na área fiscal também não atingiram as metas previstas. O gráfico 3, permite verificar a queda substancial da arrecadação do governo. Em 1996, a

receita do governo era de 45,2% do PIB e, em 2005, baixou para 42,8%. Se observamos ainda os gráficos 2 e 3 em conjunto, veremos que a redução que se deu nas despesas do governo mediante os cortes efetuados, não impactaram positivamente uma vez que as receitas foram reduzidas em semelhante proporção.

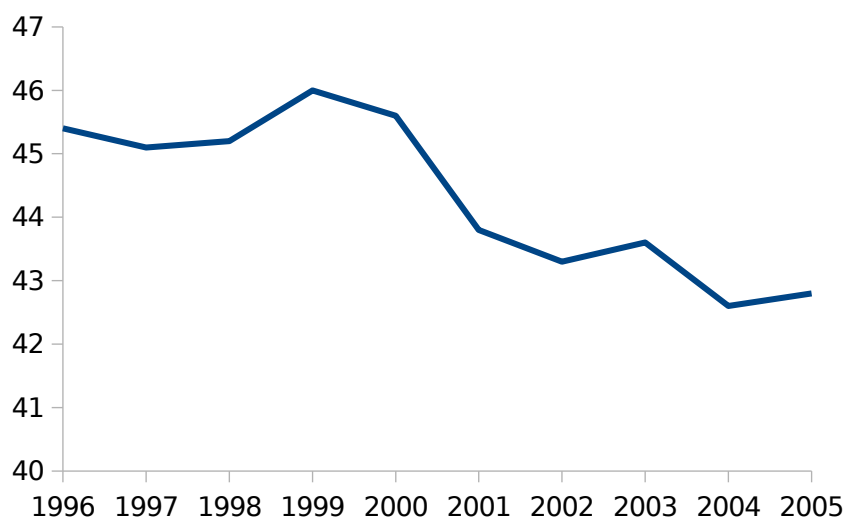


Gráfico 3: Receita total do governo alemão de 1996 a 2005, em porcentagem do PIB.

Fonte: Elaborado pelas autoras com informações da base de dados <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 15-12-2015.

O sucesso das medidas relativas ao terceiro alicerce da Agenda 2010, o aumento da competitividade das empresas alemãs no mercado externo, pode ser aferido na tabela 7. O saldo da balança comercial, nos anos analisados, foi sempre superavitário. As exportações de bens e serviços entre 2003 e 2005, anos do último mandato de Schröder e primeiros anos em vigor das políticas econômicas, sofreu um aumento da ordem de 3,2%, enquanto as importações cresceram menos, cerca de 1,5%. O saldo aumentou nos dois anos seguintes, 2004 e 2005, ficando em torno de 5,0%. Mas, se for analisada a variação entre 2003 e 2010, as importações cresceram mais que as exportações, indicando que o aumento da competitividade externa não foi atingido conforme o esperado.

Tabela 7: Saldo da Balança Comercial alemã, 2003-2010, em porcentagem do PIB.

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Variação % 2003-2010
Importações	28,9	30,4	32,7	35,9	36,4	37,5	32,9	37,1	29,75%
Exportações	32,6	35,4	37,7	41,2	43,0	43,5	37,8	42,3	28,37%
Saldo da Balança Comercial	3,7	5,0	5,0	5,3	6,6	6,0	4,9	5,2	-

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados da Base de dados <http://ec.europa.eu/eurostat/data/database>, acessado em 11-01-2016.

De um modo geral, pode-se afirmar que nenhum dos objetivos esperados na Agenda 2010 foi atingido. Mesmo a desculpa do fraco desempenho frente à crise financeira iniciada em 2008, não ajuda a justificar tal fracasso.

O desmonte da estrutura de proteção ao trabalhador, pelo contrário, teve sucesso e o achatamento salarial dos mesmos, com certeza, reverteu em aumento da taxa de lucro das empresas que, apesar da ajuda das políticas liberais do governo Schröder, não observaram aumento de competitividade e não trouxeram crescimento econômico ao país.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A unificação alemã foi o movimento político que deu o fôlego que o neoliberalismo alemão necessitava para sua expansão. De acordo com Santos, *o primeiro ministro alemão [Helmut Kohl] já era o último sobrevivente da equipe neoliberal que ocupou o poder na tríade (EUA, Europa e Japão) e de quase todo o mundo nos anos 1980 e 1990*³¹.

Os anos 1990 foram determinantes para a ascensão da Alemanha como potência capitalista nos moldes estadunidenses. Em termos de variáveis, a dívida pública cresceu, o que evidenciou que a “demolição social” não surtiu o efeito esperado, o emprego entre os jovens até 25 anos foi mais alto entre 1991 e 1998 que o total da população e a perda salarial foi brutalmente sentida pelos trabalhadores assalariados.

O voto de confiança dado à *Sozialdemokratie* por parte da população nas eleições de 1998, com a eleição de Schröder para o cargo de chanceler, foi inútil, pois este traiu a ideologia do partido, em termos teóricos, nos anos em que voltou ao cargo máximo do Parlamento, uma vez que a Social-democracia seja o *conjunto de doutrinas que preconizam uma transição democrática e gradual do capitalismo para o socialismo ou que propõem um programa de reformas sociais dentro do sistema capitalista*³².

Além de trair o movimento com o direcionamento tomado nas suas políticas de governo, Schröder faltou com a história de anos de Oskar Lafontaine à frente do partido na luta em defesa dos direitos trabalhistas, nos anos do pós-guerra e pós-unificação.

A Agenda 2010 nada mais foi do que o desmantelamento final do diferencial do Capitalismo alemão em relação aos demais: a participação ativa de seus sindicatos no nível das empresas, bem como de atuação política, e da regulação das relações trabalhistas por meio do

31 GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.), SANTOS, Theotônio dos. Alemanha: visões brasileiras. Disponível em <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0064.pdf>. Acessado em 13-01-2016.

32 Disponível em <http://www.aulete.com.br/social-democracia>, acessado em 13-01-2016.

Estado³³. A Social-democracia alemã então, pela influência que exerceu, principalmente na Europa quanto partido representante máximo da Alemanha, agiu de modo a reforçar a perda de poder participativo da mão de obra assalariada mundial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. Um outro mundo possível: Alternativas históricas da Alemanha, antes e depois do muro de Berlim. **Revista Espaço Acadêmico**, Brasil, 9 out. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8586/4777>>.

ANDERSON, P. A New Germany?. **New LeftReview**, Londres, 57, 5-40, 20 de Abril de 2009.

ÁVILA, C. F. D. A Queda do Muro de Berlim: visões brasileiras. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v 18, n-37, p. 93-110, out. 2010.

BANDEIRA, L. A. M. **A Política Exterior da Alemanha – 1949-1999**. In: **O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra à agenda 2010**. Lua Nova [online]. 2006

BENDER, P. **Die Neue Ostpolitik und ihre folgen: Vom Mauerbau bis zur Vereinigung**. 3ª edição revista e aumentada. Munique:Deutscher Taschenbuch Verlag, 1995.

CARDOSO, C. e BRIGNOLI, H. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 6a edição, 2000. (1974).

COSTA, C. G. **O modelo alemão e a “economia social de mercado” num contexto de globalização**. **Informação Internacional**, Lisboa: Informação Internacional, 1999.

COSSERON, J. **Alemanha: da divisão à reunificação**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

DIRLMEIER, U., *et al.* **História alemã do século VI aos nossos dias**. Lisboa: Edições 70, 2014.

GRAUBER, L., BORELLA, P., **O Muro de Berlim**. São Paulo: Editora Maltese Ltda., 1990.

GUIMARÃES, A. **O capitalismo coordenado alemão: do boom do pós-guerra à agenda 2010**. Lua Nova [online]. 2006

GUIMARÃES, S. (org), **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000.

HARDING, R., PETERSON, W. E., **The future of the german economy: an end to the miracle?**. Manchester. British Library, 2000.

HOOK, J. C., **Rebuilding Germany: The Creation of the Social Market Economy 1945-1957**. New York. Cambridge, 2004.

³³ Chamado de Ordoliberalismo, esse tipo particular de desenvolvimentismo propunha criar as condições de uma livre concorrência que funcionasse com a ajuda da ação reguladora do Estado. Para mais informações vide Raimundo, Costa e Guimarães.

HORST, S. **The german economy: beyond the social market**. New Jersey. Princenton, 2005.

RAIMUNDO, Lício da Costa. **Alemanha: mitos, fatos e desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2009. Disponível em <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1413.pdf> Acesso em 25/02/2014.

KITCHEN, M. **A História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje**, São Paulo: Cultrix, 2013.

KOSTHORST, D. **Brentano und die deutsche Eiheint: die Deutschland und Ostpolitik des Außenministers im kabinett Adenauer – 1951 – 1951**, Dusseldorf:Droste, 1993.

KLEßMANN, C. **Zwei Staaten, eine Nation. Eine Geschicht des geteilten Deutschland**. Berlin: Deutsche Geschi, 2000.

LANGHE, T., SHACKLETON, J. R. **The Political Economy of German Unification**.USA: Berghahn Books, 1998.

LANGGUTT, G., **Em Busca de Seguridades: Los alemanes después de la reunificación**. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stifitung, 1996.

LOHBAUER, C. Os desafios da política externa alemã contemporânea. IN: GUIMARÃES, S. P. (org.). **Alemanha: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão. 2000.

MARINHO, A. Z. **Alemanha reunificada: seu desenvolvimento econômico**. Belo Horizonte, 2010. Disponível em <https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/amanda-marinho-alemanha-reunificada-seu-desenvolvimento-econc3b4mico.pdf>

PFETSCH, F., R. A Política Externa da Alemanha após a reunificação. **Revista brasileira de política internacional**. Vol.40, n.1, p. 178-192. 1997

POLANYI, K. **A grande Transformação, as origens de nossa época**. 2a.Ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

WEBER, H. (org.), DDR. **Dokumente zur Geshichte der Deutschen Demokratischen Republik 1945-1985**. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag , 1987.